

PREFEITURA DE CONTAGEM/MG

Gabaritei



BEM-VINDO (A)

Você acaba de acessar a amostra do nosso **material completo com plano estratégico de 30 dias** para a **Prefeitura de Contagem/MG**!

Antes de continuar, é importante alinhar uma coisa: o problema não é falta de estudo. É falta de **organização**.

Muitos candidatos já têm acesso a bons conteúdos, mas não conseguem transformar isso em resultado. Acumulam PDFs, assistem aulas, salvam materiais... mas não sabem exatamente por onde começar, o que priorizar ou como avançar.

O estudo fica fragmentado. Sem sequência. Sem clareza. E, com o tempo, isso gera a sensação de estar sempre estudando — mas nunca evoluindo de verdade.

Quando a preparação não tem direção, até o conteúdo mais completo perde valor. É justamente nesse ponto que este material foi construído para atuar. Aqui, você não recebe apenas conteúdo. Você recebe um **caminho**.

Um **material completo**, que cobre todo o edital, aliado a um **plano estratégico de 30 dias** que organiza o seu estudo de forma progressiva, lógica e executável.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

A proposta é simples: eliminar a desorganização, concentrar o seu esforço no que realmente importa e permitir que você avance com **consistência**, sem depender de múltiplos materiais ou decisões a todo momento.

Ao longo das páginas, você encontrará uma abordagem direta e didática, com conteúdo esquematizado, exemplos práticos, tabelas organizadas e destaques nos pontos essenciais, além da inserção pontual de questões e jurisprudência quando contribuem para a compreensão.

O foco não é apenas estudar mais, mas estudar melhor — com **clareza, organização e propósito**.

A ideia não é apenas te entregar conteúdo, mas estruturar a sua preparação. Mostrar exatamente o que estudar, quando estudar e como avançar ao longo dos próximos **30 dias**.

Nas próximas páginas, você vai conhecer um pouco do material que vai organizar de vez a sua preparação.

Caso queira ter acesso ao material completo, clique no botão abaixo:

QUERO SER APROVADO!

Chegou a hora de assumir o controle do seu estudo. Vamos nessa?!

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



O estudo do Direito Administrativo parte de um conceito fundamental: o regime jurídico-administrativo. Trata-se do conjunto de regras e princípios que disciplinam a atuação da Administração Pública, estabelecendo **limites** e **prerrogativas** para que o Estado possa atuar em favor do interesse público.

Esse regime distingue a Administração Pública das relações privadas comuns. Enquanto os particulares atuam sob a lógica da autonomia da vontade, a Administração atua sempre subordinada à lei e orientada pelo **interesse público**.

De modo geral, a doutrina aponta que o regime jurídico-administrativo é estruturado a partir de dois grandes pilares:

- Supremacia do interesse público sobre o interesse privado;
- Indisponibilidade do interesse público.

Esses dois fundamentos explicam praticamente toda a lógica do Direito Administrativo.

1.1 SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

A supremacia do interesse público significa que, nas relações entre Administração e particulares, **o interesse coletivo deve prevalecer sobre o interesse individual**.

Essa supremacia justifica diversas prerrogativas da Administração Pública, tais como:

- aplicação de sanções administrativas;
- desapropriação de bens particulares;
- execução de contratos administrativos com cláusulas exorbitantes;
- poder de polícia;
- presunção de legitimidade dos atos administrativos.

Essas **prerrogativas** não existem para beneficiar o Estado, mas para viabilizar a proteção do interesse coletivo.

1.2 INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

Ao mesmo tempo em que possui prerrogativas, a Administração também sofre **limitações**. Isso decorre da indisponibilidade do interesse público.

Esse princípio estabelece que os agentes públicos não são donos do interesse público. Eles apenas o administram em nome da coletividade.

Consequências desse princípio incluem:

- necessidade de licitação para contratação pública;
- impossibilidade de renunciar livremente a direitos do Estado;
- submissão à legalidade estrita;
- controle judicial e administrativo dos atos.

Pilar	Significado
Supremacia do interesse público	Confere prerrogativas à Administração
Indisponibilidade do interesse público	Impõe limitações e controles

Esses dois fundamentos estruturam todo o sistema administrativo.

1.3 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os princípios administrativos funcionam como diretrizes fundamentais que orientam toda atuação estatal.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, caput, estabelece os princípios básicos da Administração Pública: *“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”*

Esses princípios são tradicionalmente memorizados pelo mnemônico:

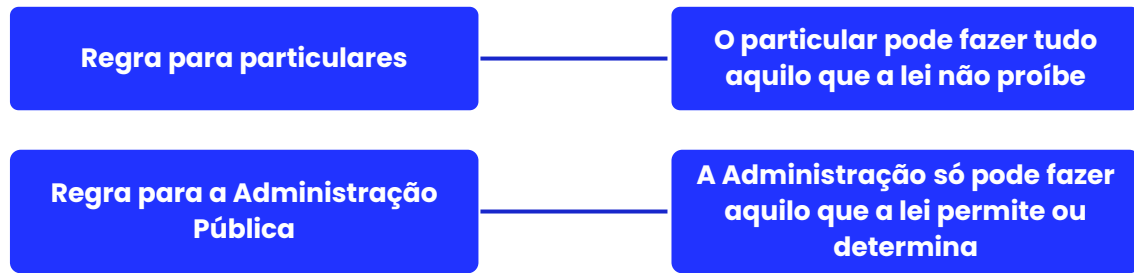
LIMPE
L – Legalidade
I – Impessoalidade
M – Moralidade
P – Publicidade
E – Eficiência

Eles são chamados de princípios expressos da Administração Pública.

1.3.1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade estabelece que **a Administração Pública só pode agir quando a lei autoriza.**

Isso representa uma grande diferença em relação ao regime jurídico dos particulares.



Esse princípio decorre diretamente do Estado de Direito, no qual o poder estatal está subordinado à ordem jurídica.

Exemplos:

- um servidor público só pode conceder um benefício se houver previsão legal;
- a Administração não pode criar tributos sem lei;
- atos administrativos sem base legal são ilegais e podem ser anulados.

1.3.2 PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

O princípio da impessoalidade estabelece que a atuação administrativa deve ser voltada ao **interesse público**, e não a interesses pessoais. Ele possui dois sentidos principais na doutrina. Vejamos a seguir.

Finalidade pública:

A atuação administrativa deve sempre buscar o interesse coletivo.

Quando um ato administrativo é praticado com finalidade diversa daquela prevista em lei, ocorre o chamado **desvio de finalidade**.

Esse vício ocorre quando o agente público usa o ato administrativo para atingir interesse pessoal, político ou diverso do interesse público.

Exemplo:

- remoção de servidor como forma de punição pessoal.

Vedação à promoção pessoal:

Outro aspecto do princípio da impessoalidade está relacionado à proibição de promoção pessoal de autoridades.

A Constituição Federal prevê, em seu artigo 37, §1º: *A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Exemplo:

- colocar nome de prefeito ou governador em obras públicas.

1.3.3 PRINCÍPIO DA MORALIDADE

O princípio da moralidade administrativa exige que a atuação da Administração seja não apenas **legal**, mas também **ética** e **honesta**.

Assim, um ato administrativo pode ser legal, mas imoral, e ainda assim ser considerado inválido.

A moralidade administrativa envolve valores como:

- honestidade;
- boa-fé;
- lealdade institucional;
- probidade;
- ética na gestão pública.

Esse princípio está diretamente ligado à **probidade administrativa**.

A Lei nº 8.429/1992 estabelece sanções para agentes que pratiquem atos que atentem contra a moralidade administrativa.

Entre as condutas previstas estão:

- enriquecimento ilícito;
- dano ao erário;

- violação de princípios da Administração.

1.3.4 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

O princípio da publicidade estabelece que os atos da Administração devem ser **transparentes** e **acessíveis** à sociedade.

A publicidade permite:

- controle social;
- fiscalização da Administração;
- garantia de legitimidade das decisões públicas.

A publicidade possui duas funções principais:

1) Transparência administrativa: Permite que a sociedade acompanhe os atos do poder público.

2) Condição de eficácia: Em muitos casos, o ato administrativo só produz efeitos após sua publicação oficial.

Exemplo:

- nomeação de servidor público;
- publicação de edital de licitação.

Embora seja regra, **a publicidade pode sofrer restrições** quando necessário para proteger:

- segurança do Estado;
- investigações sigilosas;
- dados pessoais.

A transparência administrativa também foi reforçada pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

1.3.5 PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

O princípio da eficiência foi incluído na Constituição pela Emenda Constitucional nº 19/1998, no contexto da reforma administrativa.

Ele estabelece que a Administração Pública deve buscar os **melhores resultados possíveis com os recursos disponíveis**.

Ou seja, não basta agir conforme a lei. É necessário agir com **qualidade, produtividade e economicidade**.

A eficiência envolve três aspectos principais:

- 1) Produtividade:** A Administração deve produzir resultados.
- 2) Qualidade:** Os serviços públicos devem ser prestados de forma adequada.
- 3) Economicidade:** Uso racional dos recursos públicos.

Exemplos:

- avaliação de desempenho de servidores;
- metas de gestão;
- modernização administrativa;
- digitalização de serviços públicos.

OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS



As **operações fundamentais** são a base de toda a Matemática. Por meio delas, é possível resolver problemas envolvendo contagem, comparação, medidas, finanças e diversas situações do cotidiano.

As quatro operações fundamentais são:

- adição;
- subtração;
- multiplicação;
- divisão.

Além de conhecer seus algoritmos, é importante compreender suas propriedades, pois elas permitem simplificar cálculos e resolver questões com maior rapidez.

2.1 ADIÇÃO

A **adição** é a operação utilizada para **reunir ou acrescentar quantidades**.

Exemplo:

$$18 + 27 = 45$$

Nesse caso:

- 18 e 27 são as **parcelas**;

- 45 é a **soma**.

A adição pode envolver números naturais, inteiros, racionais e decimais.

Exemplo com números decimais:

$$12,5 + 3,75 = 16,25$$

Na soma de números decimais, deve-se alinhar a vírgula na mesma coluna.

Propriedades da adição	
Propriedade comutativa	A ordem das parcelas não altera a soma. $15 + 8 = 8 + 15$
Propriedade associativa	O modo de agrupar as parcelas não altera o resultado. $(5 + 7) + 3 = 5 + (7 + 3)$
Elemento neutro	O zero é o elemento neutro da adição. $18 + 0 = 18$

2.2 SUBTRAÇÃO

A **subtração** representa a **retirada**, a **diferença** ou a **comparação** entre duas quantidades.

Exemplo:

$$52 - 19 = 33$$

Nessa operação:

- 52 é o **minuendo**;
- 19 é o **subtraendo**;
- 33 é a **diferença**.

A subtração também pode ser interpretada como a **operação inversa da adição**.

Exemplo:

Se:

$$18 + 12 = 30$$

então:

$$30 - 12 = 18$$

Atenção:

A subtração **não possui propriedade comutativa**.

$$15 - 8 \neq 8 - 15$$

Também **não possui propriedade associativa**.

Por isso, a ordem dos números é fundamental.

2.3 MULTIPLICAÇÃO

A **multiplicação** pode ser entendida como uma **adição de parcelas iguais**.

Exemplo:

$$6 \times 4 = 24$$

Significa somar quatro parcelas iguais a seis:

$$6 + 6 + 6 + 6 = 24$$

Na multiplicação:

- 6 e 4 são os **fatores**;
- 24 é o **produto**.

A multiplicação também pode envolver números negativos, frações e números decimais.

Exemplo:

$$2,5 \times 4 = 10$$

Propriedades da multiplicação	
Propriedade comutativa	A troca da ordem dos fatores não altera o produto. $8 \times 5 = 5 \times 8$
Propriedade associativa	A forma de agrupar os fatores não modifica o resultado. $(2 \times 3) \times 5 = 2 \times (3 \times 5)$
Elemento neutro	O número 1 é o elemento neutro da multiplicação. $18 \times 1 = 18$
Elemento nulo	Todo número multiplicado por zero resulta em zero. $25 \times 0 = 0$
Propriedade distributiva	A multiplicação distribui-se sobre a adição e a subtração. $5(8 + 2) = 5 \times 8 + 5 \times 2$ $5(8 - 2) = 5 \times 8 - 5 \times 2$ Essa propriedade é muito utilizada em cálculos mentais e na resolução de expressões algébricas.

2.4 DIVISÃO

A **divisão** corresponde à **distribuição de uma quantidade em partes iguais** ou à **determinação de quantas vezes um número está contido em outro**.

Exemplo:

$$24 \div 6 = 4$$

Na divisão:

- 24 é o **dividendo**;
- 6 é o **divisor**;
- 4 é o **quociente**.

Quando a divisão é exata, o resto é igual a zero.

Exemplo:

$$30 \div 5 = 6$$

Quando não é exata, existe um resto diferente de zero.

Exemplo:

$$23 \div 4 = 5$$

Resto:

$$3$$

A relação entre os elementos da divisão é:

$$\text{Dividendo} = (\text{Divisor} \times \text{Quociente}) + \text{Resto}$$

No exemplo anterior:

$$23 = (4 \times 5) + 3$$

Atenção:

A divisão **não possui propriedade comutativa**.

$$20 \div 4 \neq 4 \div 20$$

Também **não possui propriedade associativa**.

Além disso, **não existe divisão por zero**, pois essa operação não é definida na Matemática.

2.5 RESOLUÇÃO DE EXPRESSÕES NUMÉRICAS

Nas expressões numéricas, as operações devem ser realizadas seguindo uma ordem.

A prioridade é:

1. parênteses;
2. colchetes;
3. chaves;
4. potências e raízes (quando houver);
5. multiplicações e divisões, da esquerda para a direita;
6. adições e subtrações, da esquerda para a direita.

Exemplo:

$$18 - 4 \times 3$$

Primeiro realiza-se a multiplicação:

$$18 - 12 = 6$$

Outro exemplo:

$$(20 - 8) \div 4$$

Primeiro resolvem-se os parênteses:

$$12 \div 4 = 3$$

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



3.1 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A segurança da informação é o conjunto de práticas, técnicas e comportamentos voltados à proteção dos dados contra **acessos indevidos, alterações não autorizadas e indisponibilidade**.

Em concursos, esse tema não é cobrado apenas de forma conceitual, mas principalmente em situações práticas que envolvem o uso cotidiano de computadores, sistemas e internet.

A ideia central que deve ficar clara para o aluno é que a **informação possui valor**. Esse valor pode ser jurídico, financeiro, institucional ou até pessoal. Em diversos contextos profissionais, especialmente na administração pública e em organizações que lidam com dados sensíveis, as informações tratadas podem exigir alto nível de proteção.

Por isso, a segurança da informação não é apenas uma questão técnica, mas também uma questão **funcional e ética**.

Quando falamos em segurança da informação, estamos tratando de evitar três problemas principais: que pessoas não autorizadas tenham acesso aos dados, que esses dados sejam alterados indevidamente e que fiquem indisponíveis quando necessários.

Esses três aspectos formam a base de praticamente todas as questões de prova sobre o tema e correspondem aos princípios de **confidencialidade, integridade e disponibilidade**.

3.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A base teórica da segurança da informação é estruturada em três princípios clássicos, conhecidos como a tríade da segurança. Esses princípios aparecem com frequência em provas e, muitas vezes, de forma indireta, em situações práticas.

- A **confidencialidade** está relacionada ao controle de acesso. Significa que a informação só deve ser acessada por quem tem autorização. Um exemplo típico de violação ocorre quando alguém acessa um sistema utilizando a senha de outra pessoa.
- A **integridade** refere-se à preservação da informação. Os dados devem permanecer corretos e íntegros, sem alterações indevidas. Alterar um documento sem autorização, mesmo que o acesso seja legítimo, compromete a integridade da informação.
- A **disponibilidade** está ligada ao acesso no momento necessário. Um sistema fora do ar, um arquivo inacessível ou um serviço indisponível representam falha nesse princípio.

Um ponto importante para prova é perceber que esses três princípios aparecem em situações do dia a dia. Por exemplo, um ataque que derruba um sistema não necessariamente envolve roubo de dados, mas afeta diretamente a disponibilidade. Já um vazamento de informações está diretamente ligado à quebra da confidencialidade.

3.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA PRÁTICA

Embora a teoria seja importante, a banca costuma cobrar a aplicação prática desses conceitos. O candidato precisa saber identificar, em uma situação concreta, qual princípio foi violado.

Imagine um servidor que deixa o computador desbloqueado e outra pessoa acessa seus dados. Nesse caso, há uma quebra de confidencialidade. Se alguém altera um documento sem autorização, há violação da integridade. Se um sistema judicial fica fora do ar e impede o acesso a processos, o problema é de disponibilidade.

Perceba que a prova raramente pergunta “o que é confidencialidade” de forma direta. Ela apresenta um cenário e exige que o candidato intérprete corretamente.

Outro ponto relevante é que a segurança da informação não depende apenas de ferramentas tecnológicas. O **comportamento do usuário** é um fator central. Muitos incidentes de segurança ocorrem não por falhas técnicas, mas por descuido humano, como compartilhar senhas ou clicar em links maliciosos.

3.4 RELAÇÃO COM SISTEMAS OPERACIONAIS E AMBIENTE WINDOWS

Dentro do ambiente de trabalho, especialmente em sistemas baseados em Windows, a segurança da informação está diretamente ligada a **mecanismos de controle de acesso, autenticação e proteção do sistema**.

O próprio sistema operacional oferece recursos de segurança, como controle de usuários, autenticação por senha ou biometria e ferramentas de proteção. Esses recursos são fundamentais para garantir que cada usuário tenha acesso apenas ao que lhe é permitido, evitando acessos indevidos.

Além disso, o sistema também integra ferramentas de proteção contra ameaças, como antivírus e firewall, que atuam na prevenção de ataques e na proteção do ambiente. Esses mecanismos fazem parte da segurança do sistema e complementam o comportamento seguro do usuário.

Esse ponto é importante porque muitas questões de prova misturam conceitos de segurança da informação com funcionalidades do sistema operacional, exigindo que o candidato entenda a aplicação prática desses recursos.

3.5 SENHAS E AUTENTICAÇÃO

A **autenticação** é o **processo de verificação da identidade do usuário**. Em outras palavras, é o mecanismo que o sistema utiliza para confirmar se quem está tentando acessar determinada informação realmente tem permissão para isso.

No cotidiano, esse processo ocorre principalmente por meio de senhas. No entanto, embora seja o método mais comum, também é o mais vulnerável, justamente por depender do comportamento humano.

Em provas, a banca costuma explorar dois pontos: **boas práticas de senha e erros comuns cometidos pelos usuários**.

3.5.1 CONSTRUÇÃO DE SENHAS SEGURAS

Uma senha segura não é apenas uma combinação aleatória de caracteres. Ela precisa ser **difícil de adivinhar, resistente a tentativas automatizadas** (como ataques de força bruta) e **não pode estar associada a informações pessoais do usuário**.

O problema é que, na prática, muitos usuários optam por senhas simples, justamente para facilitar a memorização. É aí que surgem vulnerabilidades.

Uma senha considerada forte normalmente combina diferentes tipos de caracteres e evita padrões previsíveis. Além disso, o tamanho da senha tem um papel importante: quanto maior, mais difícil de ser quebrada.

3.5.2 AUTENTICAÇÃO EM DOIS FATORES

Para reduzir os riscos associados às senhas, surgiu o conceito de autenticação em múltiplos fatores, especialmente o chamado **“duplo fator”**.

Nesse modelo, o acesso não depende apenas de algo que o usuário sabe (senha), mas também de algo que ele possui ou é, como um código enviado ao celular ou uma verificação biométrica.

Esse mecanismo aumenta significativamente a segurança, pois mesmo que a senha seja descoberta, ainda será necessário um segundo elemento para concluir o acesso.

3.6 MALWARE (PROGRAMAS MALICIOSOS)

Um dos pontos mais cobrados em segurança da informação é o estudo dos chamados malwares, que são **programas desenvolvidos com o objetivo de**

causar danos, explorar vulnerabilidades ou obter informações sem autorização.

Diferentemente do que muitos pensam, malware não é sinônimo de vírus. O vírus é apenas um tipo dentro de um conjunto maior de ameaças.

A prova costuma exigir que o candidato saiba diferenciar esses tipos, principalmente pelo comportamento de cada um.

3.6.1 CONCEITO GERAL

Malware é qualquer **software criado com intenção maliciosa**. Ele pode atuar de diversas formas, desde a coleta de dados até o bloqueio completo de sistemas.

A forma de atuação é justamente o que diferencia cada tipo, e é isso que a banca explora.

3.6.2 PRINCIPAIS TIPOS

O **vírus** é caracterizado pela **necessidade de execução**. Ele depende da ação do usuário, como abrir um arquivo infectado, para se espalhar.

O **worm**, por outro lado, possui **capacidade de propagação automática**. Ele se espalha pela rede sem depender da interação do usuário, o que o torna mais perigoso em termos de disseminação.

O **cavalo de Troia**, ou trojan, tem como principal característica o **disfarce**. Ele se apresenta como um **programa legítimo, mas executa ações maliciosas** em segundo plano.

Já o **ransomware** ganhou grande destaque nos últimos anos. Seu objetivo é **bloquear o acesso aos dados ou ao sistema e exigir pagamento para liberação**.

O **spyware** atua de forma silenciosa, **coletando informações do usuário sem que ele perceba**.

Resumo de prova — malware:

- Vírus → precisa ser executado

- Worm → se espalha sozinho
- Trojan → disfarçado de legítimo
- Ransomware → bloqueia e cobra resgate
- Spyware → espiona o usuário

3.7 PHISHING E ENGENHARIA SOCIAL

Até aqui, tratamos de ameaças técnicas. No entanto, um dos pontos mais explorados em prova é justamente aquele que não depende de falha no sistema, mas sim do comportamento humano: a **engenharia social**.

A ideia central é simples: em vez de atacar o sistema, o criminoso engana o usuário para que ele próprio forneça a informação ou execute alguma ação indevida.

Dentro desse contexto, o phishing é a forma mais comum de ataque.

3.7.1 PHISHING

O **phishing** consiste no envio de **mensagens falsas que simulam comunicações legítimas**, geralmente de bancos, órgãos públicos ou empresas conhecidas. O objetivo é induzir o usuário a clicar em links, baixar arquivos ou informar dados pessoais.

Essas mensagens costumam explorar senso de urgência, medo ou curiosidade. Um exemplo clássico é a notificação de bloqueio de conta, solicitando ação imediata.

O ponto mais importante para prova é entender que o phishing não depende de falha técnica, mas sim da indução ao erro.

3.7.2 ENGENHARIA SOCIAL

A engenharia social é um conceito mais amplo. Ela envolve **qualquer técnica de manipulação psicológica para obter informações ou acesso indevido**.

O atacante pode se passar por um técnico de TI, colega de trabalho ou qualquer figura de confiança. Em ambientes institucionais, como tribunais, isso pode envolver pedidos de acesso a sistemas, arquivos ou credenciais.

A grande característica aqui é que o ataque explora confiança e comportamento humano, não vulnerabilidades tecnológicas.

3.7.3 DIFERENÇA PRÁTICA

Embora relacionados, phishing e engenharia social não são exatamente a mesma coisa. O phishing é uma forma específica de engenharia social, geralmente realizada por meio digital (e-mail, mensagens, sites falsos).

3.8 FERRAMENTAS DE SEGURANÇA

Além do comportamento do usuário, a segurança da informação também depende de **mecanismos tecnológicos** que atuam na prevenção e detecção de ameaças.

Essas ferramentas costumam aparecer em prova associadas à sua função principal.

3.8.1 ANTIVÍRUS

O **antivírus** é **responsável por detectar, bloquear e remover programas maliciosos**. Ele atua tanto de forma preventiva quanto corretiva, analisando arquivos e o comportamento do sistema.

No ambiente Windows, há soluções nativas de proteção, como o próprio sistema de segurança integrado, além de softwares de terceiros.

3.8.2 FIREWALL

O **firewall** funciona como uma **barreira de proteção entre o computador e a rede**. Ele controla o tráfego de dados, permitindo ou bloqueando conexões com base em regras de segurança.

É importante entender que o firewall não elimina vírus, mas impede acessos indevidos.

3.8.3 ATUALIZAÇÕES DE SISTEMA

Um dos pontos mais negligenciados pelos usuários, e bastante cobrado em prova, é a atualização de software.

Atualizações corrigem falhas de segurança que podem ser exploradas por atacantes. Um sistema desatualizado se torna vulnerável, mesmo que o usuário adote boas práticas.

3.9 BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA

A segurança da informação não depende apenas de ferramentas ou conceitos. Ela se concretiza no comportamento do usuário no dia a dia.

Em provas, esse tema aparece frequentemente em forma de situações práticas, exigindo que o candidato identifique a conduta correta.

No uso cotidiano do computador, é fundamental evitar a execução de arquivos desconhecidos, especialmente aqueles recebidos por e-mail ou download. Da mesma forma, a instalação de programas deve ser feita apenas a partir de fontes confiáveis.

Na navegação na internet, o cuidado com links suspeitos é essencial. Sites falsos podem imitar páginas legítimas com grande precisão, induzindo o usuário ao erro.

VERBOS: FLEXÃO, CONJUGAÇÃO, VOZES, TEMPOS E MODOS VERBAIS



O verbo é a classe de palavras que expressa, principalmente, **ação, estado, mudança de estado, fenômeno da natureza ou ocorrência**, situando essas informações no tempo e relacionando-as aos participantes do discurso.

Exemplos:

O servidor analisou o documento. — ação

O documento permanece válido. — estado

O dia amanheceu nublado. — mudança de estado

Choveu durante a madrugada. — fenômeno da natureza

Uma das principais características dos verbos é sua capacidade de **flexão**. Diferentemente de palavras invariáveis, o verbo pode modificar sua forma para indicar pessoa, número, tempo e modo.

Além disso, pode participar da construção das diferentes **vozes verbais**, que revelam a relação entre o sujeito e a ação expressa.

O estudo dos verbos envolve, portanto, diferentes aspectos: flexão, conjugação, modos, tempos, formas nominais, vozes verbais e correlação entre tempos e modos.

4.1 FLEXÃO VERBAL

Os verbos são palavras variáveis e podem assumir diferentes formas conforme as informações que se deseja transmitir. A flexão verbal ocorre principalmente em relação a **pessoa, número, tempo e modo**.

Pessoa e número: As pessoas verbais correspondem aos participantes do discurso:

Pessoa	Singular	Plural
1ª pessoa	eu	nós
2ª pessoa	tu	vós
3ª pessoa	ele/ela	eles/elas

Observe:

Eu estudo.

Nós estudamos.

Ele estuda.

Eles estudam.

A alteração da forma verbal acompanha a pessoa e o número do sujeito.

Tempo: O tempo verbal situa a ação ou o fato, em linhas gerais, **no presente, passado ou futuro**:

Ele trabalha. — presente

Ele trabalhou. — passado

Ele trabalhará. — futuro

Modo: O modo indica a atitude do falante diante do fato:

- **indicativo:** certeza ou realidade;
- **subjuntivo:** hipótese, possibilidade, dúvida ou desejo;
- **imperativo:** ordem, pedido, conselho ou orientação.

Compare:

Ele chega cedo. — indicativo

Talvez ele chegue cedo. — subjuntivo

Chegue cedo. — imperativo

A análise das flexões verbais é importante porque alterações aparentemente pequenas podem modificar tanto a localização temporal quanto o sentido do enunciado.

4.2 CONJUGAÇÃO VERBAL

Conjugar um verbo significa apresentar as diferentes formas que ele assume de acordo com suas flexões.

Os verbos da língua portuguesa distribuem-se tradicionalmente em **três conjugações**, determinadas pela terminação do infinitivo:

Conjugação	Terminação	Exemplos
1ª conjugação	-ar	falar, estudar, trabalhar
2ª conjugação	-er	vender, receber, aprender
3ª conjugação	-ir	partir, decidir, cumprir

Na estrutura do verbo, podem ser identificados elementos como **radical**, **vogal temática e desinências**.

Observe:

cantávamos

cant- = radical

-a- = vogal temática

-va- = desinência modo-temporal

-mos = desinência número-pessoal

Quanto à conjugação, os verbos podem apresentar comportamentos diferentes.

Os **verbos regulares** mantêm o radical e seguem o modelo de sua conjugação:

cantar → canto, cantava, cantarei

Os **verbos irregulares** apresentam alterações no radical ou nas terminações:

fazer → faço, fiz, farei

Os **verbos anômalos** apresentam alterações profundas em sua conjugação:

ser → sou, era, fui

ir → vou, ia, fui

Há ainda verbos cuja conjugação apresenta restrições ou particularidades, como os **defectivos, abundantes e impessoais**.

Os **defectivos** não apresentam todas as formas de conjugação; os **abundantes** possuem mais de uma forma equivalente em determinados casos, especialmente no particípio; e os **impessoais** são empregados sem sujeito e, em regra, permanecem na terceira pessoa do singular.

Exemplos:

Havia muitos candidatos na sala. — verbo impessoal

O documento foi aceito. / O servidor havia aceitado o documento. — formas de particípio do verbo *aceitar*

Para a análise textual, mais importante do que memorizar todas as classificações é perceber que a forma verbal escolhida transmite informações sobre **quem realiza o fato, quando ele ocorre e como o falante o apresenta**.

Para identificar a conjugação, observe o **infinitivo**:

-AR → 1ª conjugação

-ER → 2ª conjugação

-IR → 3ª conjugação

4.3 MODO VERBAL

O modo verbal expressa a maneira como o falante se posiciona em relação ao fato enunciado. Mais do que uma classificação formal, o modo revela se a ação é tratada como certa, possível, desejada, hipotética ou ordenada.

Essa dimensão é essencial para a correlação verbal, pois **a escolha do modo condiciona diretamente a forma do verbo em construções dependentes**.

O **modo indicativo** é o **domínio da realidade**. Nele, o falante apresenta o fato como certo, objetivo ou verificável. É o modo predominante em narrativas, descrições e afirmações diretas.

Exemplos:

Ele chegou cedo.

O projeto funciona corretamente.

O **modo subjuntivo**, por sua vez, **desloca o enunciado para o campo da incerteza, da possibilidade ou da dependência semântica**. Ele não costuma aparecer isoladamente, pois depende de um elemento que introduza essa ideia de não realização plena.

Exemplos:

Espero que ele chegue cedo.

É possível que ela viaje amanhã.

Observe a diferença:

Sei que ele estuda. (certeza)

Espero que ele estude. (hipótese/desejo)

O **modo imperativo** é empregado principalmente para expressar **ordem, pedido, conselho, convite, instrução, recomendação ou proibição**. Seu valor fundamental é injuntivo, pois busca orientar ou influenciar o comportamento do interlocutor.

Exemplos:

Estude mais.

Leia atentamente as instruções.

Não faça isso.

4.4 FORMAS NOMINAIS DO VERBO

As formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio) não expressam plenamente tempo e modo, mas participam da construção do sentido temporal e da correlação.

O **infinitivo** indica a **ação de forma abstrata**:

Preciso estudar.

É importante aprender.

O **gerúndio** indica **continuidade ou simultaneidade**:

Ele saiu falando.

Ficou estudando a noite toda.

O **particípio** geralmente apresenta o processo verbal como **concluído ou resultante** e participa da formação de tempos compostos e da voz passiva:

Ele tinha estudado antes da prova.

Os documentos foram assinados.

Essas formas são fundamentais na construção de locuções verbais e na expressão de relações temporais mais complexas.

O infinitivo pode apresentar forma **impessoal** ou **pessoal**:

É necessário estudar.

É necessário estudarmos.

No primeiro caso, a ação é apresentada genericamente; no segundo, o infinitivo está relacionado a uma pessoa determinada.

4.5 TEMPO VERBAL

Os tempos verbais **situam o fato no tempo e organizam a sequência lógica entre os acontecimentos**. Além da localização temporal, também expressam o aspecto da ação.

Exemplos:

Ele estudou. (ação concluída)

Ele estudava. (ação habitual no passado)

Ele estudará. (ação futura)

4.5.1 FORMAS PRIMITIVAS DO VERBO

Algumas formas verbais funcionam como base para a formação de outras. Tradicionalmente, destacam-se o presente do indicativo, o pretérito perfeito do indicativo e o infinitivo impessoal.

Presente do indicativo:

Ele estuda.

Pretérito perfeito do indicativo:

Ele estudou.

Infinitivo:

Estudar é importante.

Esses tempos dão origem a diversas formas que serão usadas na correlação.

4.5.2 FORMAS DERIVADAS DO PRESENTE DO INDICATIVO

O presente do indicativo serve de referência para a formação do **presente do subjuntivo** e de formas do **imperativo**.

Para formar o presente do subjuntivo, toma-se geralmente como referência a primeira pessoa do singular do presente do indicativo:

eu falo → que eu fale

eu faço → que eu faça

eu peço → que eu peça

O imperativo, por sua vez, reúne formas relacionadas ao presente do indicativo e ao presente do subjuntivo.

Exemplos:

Fala tu.

Fale você.

Não fale.

Aplicação em contexto:

É importante que ele estude.

Fale com o responsável.

4.5.3 FORMAS DERIVADAS DO PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO

A **terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo** serve de base para a formação do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, do pretérito imperfeito do subjuntivo e do futuro do subjuntivo.

Observe:

fizeram → fizera / fizesse / fizer

tiveram → tivera / tivesse / tiver

chegaram → chegara / chegasse / chegar

Essa relação é particularmente importante nos verbos irregulares.

Aplicação:

Queria que ele estudasse mais.

Se ele chegasse cedo, resolveríamos o problema.

Quando ele fizer o trabalho, poderá entregá-lo.

4.5.4 FORMAS DERIVADAS DO INFINITIVO

O infinitivo serve de base para a formação do **futuro do presente do indicativo** e do **futuro do pretérito do indicativo**.

Exemplos:

estudar → estudarei / estudaria

vender → venderei / venderia

partir → partirei / partiria

Em alguns verbos irregulares, ocorrem alterações na forma:

fazer → farei / faria

dizer → direi / diria

trazer → trarei / traria

O **futuro do subjuntivo**, por sua vez, está relacionado à terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo:

fizeram → quando fizer

tiveram → quando tiver

vieram → quando vier

Essa distinção é especialmente importante nos verbos irregulares, pois evita formas inadequadas como *quando fazer* ou *quando vir* no lugar de *quando fizer* e *quando vier*, conforme o contexto.

4.5.5 TEMPOS COMPOSTOS

Os tempos compostos são formados por **verbo auxiliar + particípio**.

Na formação dos tempos compostos, empregam-se principalmente os auxiliares **ter** e **haver**.

Exemplos:

Ele tem estudado bastante.

Ela havia terminado o trabalho.

Quando você chegar, eu já terei concluído a tarefa.

Os tempos compostos permitem estabelecer relações temporais mais precisas, especialmente de **anterioridade** entre acontecimentos.

Exemplos:

Ele tinha estudado antes da prova.

Ele teria passado se tivesse estudado.

Observe:

Ele estudou. (ação simples)

Ele tinha estudado. (ação anterior a outra no passado)

4.6 VOZES VERBAIS

As vozes verbais indicam a relação estabelecida entre o **sujeito** e a ação expressa pelo verbo. Dependendo dessa relação, a oração pode apresentar voz ativa, passiva ou reflexiva.

4.6.1 VOZ ATIVA

Na **voz ativa**, o sujeito pratica a ação verbal.

O servidor elaborou o relatório.

O termo *o servidor* é o sujeito agente, pois realiza a ação de elaborar.

Estrutura básica: **sujeito agente + verbo + complemento**

4.6.2 VOZ PASSIVA

Na **voz passiva**, o sujeito é apresentado como **paciente do processo verbal**, sendo denominado **sujeito paciente**.

Compare:

O servidor elaborou o relatório.

O relatório foi elaborado pelo servidor.

A primeira oração está na voz ativa; a segunda, na voz passiva.

A voz passiva pode ser **analítica** ou **sintética**.

Voz passiva analítica:

É construída, em regra, com verbo auxiliar + particípio:

Os documentos foram analisados pelos responsáveis.

Nesse caso:

os documentos = sujeito paciente

foram analisados = locução verbal da voz passiva

pelos responsáveis = agente da passiva

Voz passiva sintética:

É formada por verbo acompanhado do pronome **se**, denominado **pronome apassivador**:

Vendem-se apartamentos.

Publicaram-se os resultados.

Observe que o verbo concorda com o sujeito paciente:

Vende-se uma casa.

Vendem-se duas casas.

4.6.3 VOZ REFLEXIVA

Na **voz reflexiva**, o sujeito **pratica e recebe a ação ao mesmo tempo**.

O rapaz se feriu.

Ela se penteou.

O sujeito é simultaneamente agente e paciente da ação.

Quando dois ou mais sujeitos realizam a ação uns sobre os outros, ocorre valor **reflexivo recíproco**:

Os amigos se cumprimentaram.

Os candidatos se ajudaram.

4.7 CORRELAÇÃO ENTRE TEMPOS E MODOS VERBAIS

A correlação de tempos verbais garante a **coerência temporal** entre os verbos de um enunciado.

A correlação não envolve apenas os **tempos**, mas também os **modos verbais**. Isso significa que a escolha de determinada forma verbal pode exigir outra forma compatível na oração relacionada.

Compare:

Se ele estuda, aprende.

Se ele estudar, aprenderá.

Se ele estudasse, aprenderia.

Se ele tivesse estudado, teria aprendido.

Em cada construção, os verbos mantêm uma relação lógica. A alteração de um deles normalmente exige a alteração do outro para preservar o sentido pretendido.

Quando o verbo principal está no presente, o subordinado pode variar conforme o sentido:

Sei que ele estuda. (certeza)

Espero que ele estude. (hipótese)

Quando ele chegar, avise. (futuro condicionado)

Quando o verbo principal está no passado, **pode ocorrer recuo temporal**, especialmente quando o fato expresso pela oração subordinada é considerado em relação àquele momento passado:

Ele diz que viajará.

Ele disse que viajaria.

Ele afirma que estuda.

Ele afirmou que estudava.

Nas estruturas condicionais, algumas correlações são especialmente frequentes:

Condição possível:

Se ele estudar, passará.

Condição hipotética:

Se ele estudasse, passaria.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

Condição irreal no passado:

Se ele tivesse estudado, teria passado.

Nas orações temporais:

Quando ele chega, todos saem. (hábito)

Quando ele chegar, sairemos. (futuro)

Erros comuns:

Se ele estudasse, passa. (incorreto)

Se ele estudasse, passaria. (correto)

Quando ele chegará, avisarei. (incorreto)

Quando ele chegar, avisarei. (correto)

Em síntese, a correlação verbal organiza a sequência lógica e temporal das ações.

Dominar esse mecanismo permite construir enunciados mais claros, coerentes e gramaticalmente corretos, especialmente em contextos formais.